



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EDcl no HABEAS CORPUS Nº 638103 - RJ (2021/0000023-9)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
EMBARGANTE : PAULA BARBOSA DE CARVALHO
ADVOGADO : PAULA BARBOSA DE CARVALHO - RJ147922
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por PAULA BARBOSA DE CARVALHO contra decisão desta Presidência que indeferiu o pedido de liminar requerido no *habeas corpus* e requisitou informações à origem (fls. 28-29).

Nas razões dos declaratórios (fl. 32), a embargante acosta cópia do acórdão da origem que não foi juntado quando da impetração "por engano" e, por conseguinte, requer "o acolhimento dos presentes embargos de declaração para a retratação da decisão liminar, a fim de que se conceda à paciente a cassação da medida ilegal de suspensão imposta a ela" (fl. 32).

É, no essencial, o relatório. Decido.

A decisão embargada indeferiu a liminar por entender ausente peça processual necessária à melhor análise do *writ*, pois "a impetrante não juntou nenhuma decisão relativa ao citado HC n. 0053583-94.2020.8.19.0000 (a não ser o espelho da consulta processual), o que inviabiliza a análise do pleito" (fl. 29).

Com a juntada do documento faltante, infere-se que a oposição dos aclaratórios não se volta em aprimorar a prestação jurisdicional, por meio da retificação do julgado que se apresenta omissa, ambíguo, contraditório ou com erro material, a teor do que dispõe o art. 619 do Código de Processo Penal, mas em promover a reconsideração do *decisum*.

Ocorre que, em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão e, consequentemente, a reconsideração do anterior indeferimento.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo, em especial porque possível a fixação de medida cautelar de suspensão da atividade laboral quando vinculado ao delito em apuração.

A título exemplificativo, cito o seguinte precedente:

1. A suspensão do exercício da advocacia não se apresenta desarrazoada ou desproporcional, mormente em se considerando que o réu se valeu de sua profissão para promover os crimes que lhe são imputados, sendo a medida ainda necessária à finalidade de garantir a ordem pública e a instrução criminal, antes atingível apenas com a imposição ao réu de prisão cautelar. Precedentes.
2. Agravo regimental provido para restabelecer a medida cautelar de vedação ao exercício da advocacia. (AgRg no AgRg no HC n. 480.131/RJ, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, relatora p/ acórdão Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 23/9/2019.)

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente